

**JOSÉ LUÍS BRANDÃO
FRANCISCO DE OLIVEIRA
(COORD.)**

IMPRESA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

HISTÓRIA DE

RO

MA

ANTIGA

VOLUME II

**IMPÉRIO ROMANO
DO OCIDENTE E
ROMANIDADE
HISPÂNICA**



13. A ECONOMIA NO PERÍODO IMPERIAL

Pedro Paulo A. Funari

Universidade Estadual de Campinas, Brasil
Departamento de História, Unicamp
ORCID: 0000-0003-0183-7622
ppfunari@uol.com.br

Cláudio Umpierre Carlan

Universidade Federal de Alfenas
Instituto de Ciências Humanas e Letras
ORCID: 0000-0001-9363-8799
claudio.carlan@unifal-mg.edu.br

Sumário: Algumas das principais características da economia romana durante o período imperial: Principado e Antiguidade Tardia. Papel central do abastecimento militar como organizador do mercado. A regulação imperial como decisiva. Transformação da situação na Antiguidade Tardia, com destaque para a reorganização política, a partir do final do século III d.C. e seus aspectos próprios, como a desvalorização monetária e diminuição da mobilidade social. Permanências e mudanças entre o Principado e a Antiguidade Tardia, no que se refere às relações econômicas.

1. Aspectos da economia romana no Império

A importância da arqueologia para o entendimento do mundo antigo é hoje generalizada. Géza Alföldy reconheceu precisamente que “in unserer Zeit Alte Geschichte ohne Archäologie nicht mehr denkbar ist”¹. Não se pode pensar em História Antiga sem a arqueologia. A arqueologia fornece a fonte mais importante para a interpretação do passado e é consideravelmente mais rica do que

¹ Alföldy 1986.

as limitadas e finitas fontes escritas². Uma abordagem tradicional tem sido a de utilizar textos históricos para “confirmar” a arqueologia e vice-versa. O Professor Frere (1987) fez questão de enfatizar que «teorias antropológicas ou sociológicas e o seu jargão, introduzido a partir do mundo distante e despersonalizado da pré-história, tem pouco lugar» no estudo da Grã-Bretanha Romana³. No entanto, nas últimas décadas, tem havido uma crescente consciência de que considerações epistemológicas no estudo da cultura material são agora cruciais para uma abordagem mais crítica do mundo antigo⁴.

A suposição tácita da primazia das fontes antigas sobre a prova material tem sido criticada⁵. Uma das vantagens que a arqueologia clássica tem sobre outros ramos da arqueologia é a abundância de documentos escritos que podem ser usados para comprovar, ou desafiar, deduções extraídas do abrangente estudo da cultura material⁶. Cada vez menos estudiosos defendem uma aceitação acrítica dos escritos de autores clássicos e a inclinação resultante para interpretar o registro arqueológico em termos históricos tradicionais, na linha dos autores antigos⁷. Vários arqueólogos, no entanto, consideram que a arqueologia continua a desempenhar um papel dependente, visto que provas materiais têm sido usadas apenas para iluminar e elucidar o registro textual, ao propor, em vez disso, que o registro arqueológico possa alcançar um status independente e até mesmo possa ser usado para desafiar interpretações consolidadas do registro textual⁸.

Uma variedade de abordagens direcionada à análise combinada de escrita e provas materiais é defendida por diferentes estudiosos. Há aqueles que usam as duas fontes de evidência para complementar uma à outra, outros procuram contradições entre o material e a prova escrita, enquanto que em outros casos a prova documental é usada para construir conjuntos de expectativas em relação ao registro material⁹. Neste contexto, o primeiro objetivo deste capítulo é mostrar como a evidência arqueológica pode ser usada para uma melhor compreensão da economia romana.

Um segundo objetivo é argumentar que uma abordagem contextual arqueológica¹⁰ se mostra útil na análise da organização e características da economia

² Fulford 1991 35.

³ Scott 1990b 955.

⁴ Scott 1990b; Sherratt 1995; Laurence 1999.

⁵ Austin 1990; Snodgrass 1991.

⁶ Dyson 1995 27.

⁷ Whitehouse; Wilkins 1989 102.

⁸ Idem.

⁹ Funari; Jones; Hall 1999 10.

¹⁰ Shanks 1995; Iggers 2000 346, que traduzimos a partir do original em alemão: “O passado é acessível apenas de maneira indireta. Hoje, estamos mais conscientes do que no passado de como o processo de conhecimento do passado é complexo, que não há representações definitivas do passado, que as interpretações divergem e têm raízes ideológicas”. De acordo com Felman (1999 14), “interpretações não são definitivas e se baseiam em questões atuais”.

romana. Como Chris Lorenz enfatizou, todos os conceitos dependem de formulações em um idioma concreto, em circunstâncias específicas:

(...) Todos os conceitos sobre a realidade são determinados por esquemas linguísticos, que delimitam o que chamamos de “real”. Pode dizer-se que relação entre linguagem e realidade é óbvia – ainda que essa afirmação não seja em nada original – já que todo conhecimento do real só pode ser formulado por formulações linguísticas (1998 619)¹¹.

Em latim, não há um termo que indique o que estudiosos modernos descrevem como *limes*, uma fronteira defendida, mesmo que *limes* seja, claro, uma palavra latina, já que o Império Romano não era Estado nacional moderno¹². Ao mesmo tempo, não temos uma única palavra que traduza um conceito tão exótico como *annona*, de grande importância para o exército e a sociedade em geral. Para o nosso entendimento moderno e capitalista de produção, esta implica a posição do mercado, enquanto *annona* é precisamente produção e fornecimento *per se*. Como tal, *annona* é, ao mesmo tempo, a oferta de trigo e os meios de subsistência, em geral; isso pode implicar tanto compras como requisições forçadas. Desde o início, *annona* se refere à “produção anual”, não apenas para o cereal (cf. Vegetius, *Epit* 3.3: *frumentum*, espécies *annonariae ceteraeque*). Como ressaltado por Remesal, havia uma relação complexa entre o abastecimento controlado e o mercado privado, com consequência para os preços, sob a batuta da *Praefectura Annonae*:

Além da distribuição de trigo (*frumentationes*), a responsabilidade imperial incluía o armazenamento de bens para influenciar os valores de mercado dos produtos de alimentação básica e, assim, manter um preço político. No caso de dificuldade de abastecimento, seria possível prover o mercado com meios de subsistência escassos. É nesta função, a de controlar os preços de mercado, que creio que devemos entender a função principal da *praefectura annonae*¹³.

A propósito, “preço de mercado” é um dos significados de *annona* (*annona macelli*, vide Suet. *Tib.* 34).

¹¹ Texto original: “(...) alle Konzeptionen von Realität sind vielmehr von linguistischen Schemata bestimmt, die Grenzen Ziehen zu dem, was als ‘real’ bezeichnet werden kann. Bestimmung der Relation zwischen Sprache und Realität ist schlüssig - obwohl nicht sehr originell -, da alle Erkenntnis des Realen in (sprachlichen) Aussagen formuliert ist.” Tradução dos autores.

¹² Isaac 1988 146.

¹³ Remesal 1997 64; inscrições confirmam que o azeite fazia parte da *annona*, como a de Hispalis, do segundo século, publicada por Chic García et al (2001 353-374), que reproduzo a seguir: *M. Iul. H[e]rmesia[o] diffusori olei ad annon[am] urbis c[urator]i corpo[r]is olea[riorum] [st]ationi[s?] romul[ae] [--]i[-]te[re] buic corpus [ole]ari[orum] splend[idissi]mum mer[entissimo] s[atu]m pon[enda]m [iu]ssit M. Iulius Hermes Fro[nti]nianus filius honore accepto impensam remisit.* Cf. os capítulos nesse volume por Carreras, Erdkamp, Herz e Remesal.

A aculturação como um modelo sociológico tem, entretanto, sido criticada. Isso implica que, de alguma forma, as pessoas desistem de sua própria cultura por outra, considerada como superior. A sociedade romana não foi homogênea, de modo que a passagem de nativo a romano é também um conceito enganoso por assumir homogeneidade onde havia heterogeneidade em ambas as comunidades, provinciais e centrais¹⁴. Mesmo as elites nativas eram divididas, incluindo facções cujas posições e interesses eram contraditórios, como César (Caes. *Gal.* 6.13) deixa claro, ao descrever *equites* e *druídas* na Gália. O mesmo se aplica aos romanos, como comerciantes, soldados e oficiais, para mencionar apenas alguns grupos, que tinham diferentes posições sociais. No discurso arqueológico, romanização implica a existência de uma cultura material romana distinguível, a ser adotada pelos nativos, mas, de novo, há muitos itens diferentes e contraditórios da cultura material associados, em diferentes contextos, à sociedade romana. O uso do termo “romanização” pode, dessa forma, ser enganoso.

Neste contexto, o exército romano era ao mesmo tempo homogêneo e heterogêneo, composto por pessoas de diferentes origens e experiências, soldados e oficiais, mas controlado por um comando unificado. O fornecimento de azeite deve ser compreendido neste quadro, pois o uso de azeite não era uma opção, como se soldados e oficiais usassem o azeite como uma escolha cultural. Este não era o caso, pois o exército era controlado diretamente pelo Estado (Ulp. *Dig.* 3.2.2), mesmo que as unidades providenciassem suas próprias fontes, como a evidência arqueológica mostra¹⁵, mas a aquisição de suprimentos foi determinada por alguns princípios gerais oficiais. Contratos de azeite eram estabelecidos com negociantes ou produtores específicos, mas o azeite como um produto não era uma opção livre e neutra. No que se refere a sandálias, meias e cuecas nos registros militares de Vindolanda, fica claro que unidades do exército tinham liberdade de comprar ou adquirir tais itens¹⁶, ao passo que ânforas oleárias béticas de tipo Dressel 20 do mesmo campo indicam que oficiais usaram uma rede de abastecimento militar para trazer um produto de certa forma imposto, o azeite.

1.1. Economia e exército, uma relação indissolúvel

Durante várias décadas, o debate sobre a economia Romana tem se concentrado sobre o papel do mercado no mundo antigo. A história é sempre fundamentada em experiências atuais e, portanto, é compreensível que uma divisão entre modernistas e primitivistas seja hoje tão relevante como há cem

¹⁴ Shennan 1994; Ucko 1994; Jones 1997.

¹⁵ Woolf 1999 et passim.

¹⁶ Remesal 1994 112; 293.

anos¹⁷. Em uma reavaliação recente da discussão, Andrea Giardina enfatizou aspectos relevantes dessas discussões:

Le recenti interpretazioni primitivistiche (quasi tutte di matrice finleyane) hanno avuto notevole successo per la loro maggior semplicità e perchè a esse (a differenze delle interpretazioni opposte) non verrà mai rimproverata l'impossibilità di tradurre in cifre la realtà che ritraggono: sembra assurdo chiedere dati sulla quantità delle merci a chi afferma che il settore dominante era l'autoconsumo. Con assoluta mancanza di coerenza, l'onere della prova viene quindi richiesto ad alcuni, mentre altri ne sono esentati¹⁸.

O papel econômico do exército é um bom exemplo dos meandros da economia romana e a arqueologia tem desempenhado um papel único ao produzir evidências. Cartas do posto de fronteira militar, Vindolanda, foram escavadas e publicadas, várias delas referentes a trocas econômicas. Algumas cartas são voltadas a assuntos comerciais e financeiros relativos à entrega de mercadorias, repletas de iniciativa empresarial. Esta evidência da operação de uma economia monetária aponta para uma grande escala e transações financeiras sofisticadas na fronteira norte do segundo século do Império¹⁹. Registros de dinheiro, bens e transações econômicas foram mantidos pelos militares. A gama de produtos disponíveis para os soldados comuns foi considerável e a unidade operava um mercado de dinheiro-mercadoria interno em que as compras eram registradas com cuidado, tanto assim que os empresários e os comerciantes devem ter prosperado nas oportunidades oferecidas pela presença do exército.

As necessidades do exército eram abastecidas por uma combinação de importações do resto do Império e da exploração do *territorium* perto dos acampamentos do exército²⁰. Quanto às importações, não eram importações no sentido moderno, eram “transportadas” a partir de outras áreas (cf. Caes. *Gal.* 4.2: *uinum ad se importari*). Bowman sugere que as cartas de Vindolanda minam qualquer noção de uma economia dominada por métodos primitivos de troca e indicam que as necessidades do pessoal militar não eram apenas atendidas por um sistema oficial de requisição ou expropriação²¹. Os militares, portanto, contribuíram com o *élargissement du marché et l'accroissement de la circulation*, como Clavel-Lévêque descreveu o Império Romano²². No entanto, qual foi o papel do exército na redistribuição? Remesal propõe que desde o

¹⁷ Cf. Carandini 1983 202; Cardoso 1988); Guarinello 1994; Vidal 1997 52-61; Aymard 1998 67-72; Storey 1999 223-231.

¹⁸ Giardina 1998 73.

¹⁹ Cf. Bowman; Thomas; Adams 1990.

²⁰ Wierschowski 1984 172.

²¹ Bowman 1994 40-1; 70.

²² Clavel-Lévêque 1977 19.

início do Principado foi estabelecido um sistema de abastecimento ligado ao exército por meio da *Annona*:

Creio, pois, que no início do Império tenha sido possível estabelecer um sistema de abastecimento para o exército romano, de maneira que os soldados pudessem receber produtos de províncias distantes, por meio da *annona* imperial²³.

Mesmo nos tempos modernos, os exércitos são instituições políticas, e não apenas econômicas. Os aspectos de mercado da presença do exército nas províncias romanas não são explicados pelo mercado, pois os militares estavam ali por motivos políticos:

ces échanges étaient essentiellement inégaux, parce qu'ils étaient en partie modelés para la conquête militaire et politique et qu'il y a, par définition, une inégalité voulue entre le peuple dominant et les régions sujettes²⁴.

O exército romano como um todo teve um papel chave e a organização dos suprimentos para as tropas foi controlada ou ao menos supervisionada pelo Estado. A distribuição de azeite espanhol é um bom exemplo disso. Na Bética, a economia rural do Vale do *Baetis* (Guadalquivir) foi baseada na especialização na oleicultura, a partir da época de Augusto, o mais tardar. A propagação das propriedades produtoras de azeite de Sevilha a Córdoba foi seguida pela padronização de ânforas de azeite por meio do controle administrativo dos oleiros. Ânforas foram produzidas em dezenas de fornos com a mesma capacidade e forma e com selos, a partir do imperador Cláudio, também com inscrições pintadas de controle, conhecidas graças à pesquisa arqueológica.

Preços para o azeite eram provavelmente garantidos de antemão, os custos de transporte eram subsidiados, aos comerciantes eram oferecidos incentivos fiscais para o transporte de azeite. A produção em massa e comércio de azeite espanhol eram então estimulados e organizados por um sistema redistributivo, com um controle político. O exército foi a espinha dorsal do Império e não é nenhuma surpresa que áreas inteiras do mundo romano prosperassem devido às necessidades do Exército. Se é verdade que sempre a história busca os liames sociais, “tal história social é uma genuína história das relações sociais”, como Thomas Welskopp afirmou, isso é ainda mais o caso no mundo antigo²⁵. Isto não é negar que o azeite espanhol tenha sido negociado, trocado no mercado

²³ Remesal 1990 57, a partir do original alemão: “Ich glaube nun, dass man tatsächlich schon für die frühe Kaiserzeit ein Versorgungssystem für die römische Armee nachweise kann, mit dessen Hilfe die Soldaten auch aus entfernt gelegenen Provinzen versorgt werden konnten, und zwar mit Produkten aus dem Verfügungsbereich der kaiserlichen *annona*”.

²⁴ Nicolet 1988 97.

²⁵ Welskopp 1998 183.

por todo o Império, mas trocas de mercado foram um efeito colateral estratégico da produção e transporte de azeite. O transporte oficial do azeite espanhol para as tropas facilitou o comércio oleícola e, em parte, explica o sucesso do azeite bético em todo o mundo romano.

O estudo da economia romana durante o Principado está centrado, portanto, nas evidências arqueológicas e como os modelos interpretativos se relacionam com os dados empíricos. Devido à abundância de inscrições, tem sido possível estudar padrões de consumo em diversas partes do Império Romano, assim como os centros de produção. Os centros produtores de ânforas têm sido escavados em muitos lugares, assim como oficinas de produção de salgados, fazendas (*uillae rusticae*), entre outros tipos de evidência material. Em termos de consumo, tem-se estudado os fluxos de mercadorias como vinho, azeite e salações, com uma produção já consistente de dados.

1.2. A regulação imperial

Talvez a principal questão discutida a partir desses estudos refira-se ao papel regulador da administração imperial nesses fluxos. O comércio *stricto sensu*, a partir de mecanismos de mercado, estava em grande parte relacionado à rede de distribuição política de produtos destinados ao exército e ao povo da cidade de Roma. O estudo da Antiguidade Tardia representa um desafio particular e, por isso, neste capítulo, as moedas serão usadas como estudo de caso. O próprio conceito de Antiguidade Tardia é controverso. Para a historiadora Gillian Clark (2011 10), em estudo já datado da segunda década do século XXI:

A antiguidade tardia pode começar em meados do século II d.C., com o imperador romano Marco Aurélio ou pode começar no início do século III, quando a morte do imperador Septímio Severo foi seguida por décadas de guerra civil; ou ao final do século III, com Diocleciano que reorganizou o império; ou no início do século IV, com Constantino, o primeiro imperador declaradamente cristão. Pode terminar em cerca de 800, quando um novo grupo de fontes se torna disponível.

O decréscimo das inscrições na Antiguidade Tardia foi acompanhado por uma produção menos abundante de material arqueológico. As ânforas da Antiguidade Tardia também têm sido estudadas e fornecem evidências importantes, ainda que a diminuição da ocorrência de inscrições não deixe de representar uma limitação. As moedas, contudo, continuaram a ser uma evidência de primeira grandeza e, neste capítulo, a Numismática consistirá na evidência como exemplo de estudo da economia romana tardia. O sistema monetário antigo estava baseado no valor do metal na moeda emitida. Por isso, a substituição do metal por outro de menor valor levava à desvalorização e à inflação. Por outro lado, a moeda continuava a servir como elemento de propaganda.

2. A economia romana tardia

Durante boa parte do século III, em particular durante o governo de Aureliano (270-275), observa-se uma tentativa de restabelecer as finanças e o equilíbrio econômico. As oficinas de cunhagem, criadas para facilitar a circulação das moedas, foram multiplicadas. Para regularizar a situação, admitem-se apenas moedas emitidas pelo imperador, suprimindo o direito do senado de fiscalizar esta produção. A alta dos preços eleva-se a 1000%. Os cidadãos recusam-se a aceitar essas novas medidas, tanto que suscitou uma sublevação em Roma no ano 273, na qual os trabalhadores da Casa da Moeda (*monetarii*), apoiados pelas camadas inferiores da população, mataram cerca de 7000 soldados das forças de repressão.

Durante o governo de Diocleciano, foram realizadas uma série de reformas militares e econômicas, dando um cuidado especial ao comércio, peça essencial para o controle do Império. Desde os tempos mais remotos, o abastecimento da cidade de Roma era uma regra a ser seguida por todos os imperadores²⁶. Afinal, todos os caminhos levam a Roma. A importante rede de estradas deveria ser mantida e ampliada, facilitando o deslocamento de bens e pessoas através do Império.

Com a preocupação de garantir a lealdade das legiões e evitar novas guerras civis, Diocleciano realiza outras séries de reformas administrativas e militares: criação de uma tropa móvel, agindo em várias regiões ao mesmo tempo; proibição das milícias comandadas pelos *limitanei*, moradores das fronteiras do Império. Nenhum governo poderia permitir uma força militar paralela à oficial, ainda mais na centralização política romana; aumento do efetivo, na tentativa de evitar futuros ataques dos persas sassânidas e germânicos.

De novo, podemos destacar, a partir de 285, uma iniciativa da Tetrarquia (285-305) em deter a inflação. A mais conhecida foi o Édito de Preços (*Edictum Diocletiani et Collegarum de praeiis rerum venalium*), tentativa de estabelecer um preço máximo dentre os diversos bens básicos, salários e serviços (como, por exemplo, o da prostituição). Em outras palavras, uma espécie de congelamento de preços e salários, muito em voga nos períodos que se seguiram até o passado recente. Ontem e hoje, não trouxe resultados favoráveis, estimulando o contrabando e a corrupção.

Além de emitir moedas de ouro e prata, foram colocadas em circulação peças divisionárias de bronze, com tenuíssimo invólucro de prata, destinadas às operações quotidianas, conhecidas como *folles*. Nesse período, as casas de cunhagem foram ampliadas a fim de satisfazer as obrigações da tetrarquia e as necessidades do comércio: obras públicas e o aumento do efetivo militar e civil. Para isso, novas peças começam a circular com letras, na parte inferior do reverso da moeda, conhecida por exergo ou linha de terra. Quando visível, torna-se possível identificar, através de uma espécie de sigla, o local da cunhagem.

²⁶ Remesal 1986 23.

Em um primeiro momento, o *antoninianus*, criado durante governo de Caracala (215 d.C.), era cunhado em prata. Com a reforma monetária de Diocleciano e demais tetrarcas, passou à cunhagem em bronze. O nome *antoninianus* é uma designação moderna, em homenagem a Caracala (Marco Aurélio Antoniniano). Os numismatas preferem a nomenclatura de radiado (por causa da coroa radiada), mas não existem relatos sobre o nome desse padrão monetário entre os romanos. De uma maneira geral, essas emissões eram realizadas para pagamento de legionários.

A tetrarquia permitiu a recuperação da agricultura, do comércio, do artesanato, continuando uma necessária reforma administrativa iniciada pelo Imperador Probo (232-282), dividindo o Império em 12 dioceses (regiões), que reuniam as 96 províncias; introduzindo importantes mudanças fiscais e monetárias; revitalizou, ou tentou revitalizar, a antiga religião romana. Surgem questões, nas quais se evidenciam os excessos arbitrários de Diocleciano: a reformulação da *annona*, imposta sobre a produção agrícola anual e o fortalecimento das classes dos *curiales*; bem como medidas para fixar os agricultores, colonos ou arrendatários às terras que cultivavam, proibindo seu abandono.

Os trabalhadores urbanos deveriam permanecer em suas profissões, transmitindo-as a seus descendentes. Instituiu-se, assim, um sistema de classes, até então desconhecido em Roma, com o objetivo de manter imobilizada a estrutura econômica do Império. A profissão tornara-se hereditária, passando de pai para filho. Algo que vai se fortalecer mais ainda a partir do advento da Idade Média, através da servidão. Um dos pontos principais das reformas que precisamos destacar é o colonato. Nesse sistema, o trabalhador rural, colono, fica preso à terra. Não é um escravo, mas também não é um trabalhador livre. Deve uma série de obrigações ao proprietário da terra. Ele paga uma espécie de arrendamento pelo uso de tudo que compõe a propriedade: terra, água, ferramentas, entre outras. Em troca, o proprietário deixa que o colono fique com uma parte da produção e o protege dos invasores, salteadores. Com isso, pequenos proprietários vendem sua propriedade em troca da proteção de um grande senhor. É o início da servidão feudal.

Na era constantiniana (306-337), permaneceram os mesmos problemas. Depois da derrota de Licínio, Constantino apoderou-se dos tesouros do antigo rival, mas, dois anos mais tarde, a maior parte das casas monetárias fundadas por Diocleciano estavam fechadas. Em 332, graças ao confisco dos bens dos templos, foi possível reabri-las. Porém, Constantino realiza uma “reforma monetária”, baixando o peso do *aureus*, a fim de emitir o *solidus*, e em 324, o *miliarense*, de prata, que poderia chegar ao valor de 1/12 do *solidus aureus*. Quanto à massa em circulação, é constituída por espécimes de cobre e bronze, de peso variável. Tal medida foi de tamanha importância que Brown faz uma alusão ao *solidus* como o “dólar” da Idade Média.

Na administração, o ministro do tesouro real, o *rationalis*, cedeu lugar ao conde das liberalidades sagradas; e o *procurator rei privatae* ao conde dos bens privados, na organização dos bens e da fortuna do príncipe para que revertessem

as rendas do *ager publicus*, dos domínios confiscados, das terras municipais e os recursos dos templos. Contudo, a política constantiniana de grandes despesas não foi capaz de conter a inflação nem as liberalidades, como o fornecimento do pão que, em um primeiro momento era gratuito e passou a ter um baixo custo, nem as distribuições de azeite e de carne de porco, que foram aumentando à medida em que foram ampliadas as fronteiras imperiais.

Conclusão

O estudo da economia romana não pode ser desvinculado das especificidades da nossa época. Basta lembrar que não havia termo para economia no mundo antigo. Somos nós a delimitar um campo de trocas e relações que para nós, modernos e oriundos de séculos de capitalismo, faz sentido e que pode ser aplicado aos antigos. Por isso mesmo, neste capítulo, ressaltamos como tais relações não eram regidas pela racionalidade capitalista moderna, ainda que não estivesse privada do cálculo, muito pelo contrário. A produção em série e em larga escala de produtos como ânforas e moedas, em oficinas espalhadas por imensas áreas, dependia de uma padronização artesanal que só seria igualada após a revolução industrial do século XVIII. Neste aspecto, a economia antiga apresentava características modernas que levaram à perspectiva modernista, que via no mundo antigo os prenúncios imediatos do capitalismo.

Contudo, essa era apenas uma das características. As relações sociais eram baseadas em diferenças de estatuto jurídico, a escravidão turvava as águas das relações sociais e econômicas, e a racionalidade estava também sujeita às injunções extra econômicas. Mesmo no auge do Principado (31 a.C. – 193 d.C.), antes que se generalizasse o uso da expressão *dominus* para referir-se ao governante e que os gregos denominassem o imperador como monarca, havia critérios políticos, derivados das relações de poder, a determinar as trocas. A *annona* seria fundamental, neste aspecto, ao contribuir para induzir a produção e distribuição de bens para os cidadãos na *urbs* e para o exército, dois pilares políticos do império. Na mesma linha, a produção e a distribuição, mesmo que assentadas na propriedade privada, estavam em estreita relação com as relações de poder derivadas do sistema político imperial romano. Diversos autores denominaram este sistema como economia determinada (*command economy*), pelo peso das imposições políticas ou distributivas, para usar um termo difundido por Karl Polanyi (Pye 1990).

O sistema era, pois, misto, ao mesmo tempo baseado no mercado e fundado em diferenças de estatuto jurídico e em apropriações políticas diferenciadas. Nunca houve, pois, capitalismo na Antiguidade. Mas, de toda forma, como procuramos demonstrar nas breves linhas deste capítulo, houve uma mudança profunda a partir da Antiguidade Tardia. As confiscações de Septímio Severo, já em fins do século II d.C., atestam essa mudança de perspectiva. Mesmo antes, portanto, das guerras civis que se seguiram nas décadas centrais do terceiro século, entre 235 e

284 d.C., quando já imperava o uso do termo *dominus* para se referir ao governante romano, a situação começara a mudar. As guerras civis viriam a intensificar essa situação conflituosa e a mudança profunda das relações econômicas, *sensu moderno*. As lutas intestinas resultariam na desestruturação da unidade econômica e, a partir de Diocleciano, quando da retomada da relativa paz interna, a situação econômica era já toda outra. A urbanização restringira-se, as cidades cercaram-se de muralhas, as trocas limitaram-se e a circulação monetária, afetada pela emissão inflacionária, já iniciara a trajetória dos séculos sucessivos.

A Antiguidade Tardia representou, assim, tanto a continuidade, como a mudança. Por um lado, continuavam a usar-se o latim e o grego, já como línguas cultas, não mais como idiomas falados. A moeda era cada vez mais um resquício do que havia sido antes. As trocas, ainda que diminuídas, continuavam. Dois foram os golpes decisivos: as invasões germânicas, em primeiro, e o avanço árabe, dois séculos depois. Esses movimentos iram afetar de forma decisiva os rumos da economia. Mas, essa já é outra história. Basta dizer que a economia imperial romana passou de um ápice que prefigurava o capitalismo e a modernidade, para um acentuar da sua essência baseada em relações de prestígio e ao status. Neste breve capítulo, esperamos ter instilado a curiosidade pelo estudo de um tema tão fascinante e difícil²⁷.

Tábua cronológica

31 a.C. a 193 d.C. – Principado
a partir de 193 d.C. – Antiguidade Tardia
215 – Introdução do Antoniniano (Radiado)
284-305 – Diocleciano Imperador
306-337 – Constantino Imperador

Bibliografia

- Alföldy, G. (1986), *Die römische Gesellschaft: ausgewählte Beiträge*. Stuttgart, Franz Steiner.
Austin, D. (1990), “The ‘proper study’ of medieval archaeology” in D. Austin – L. Alcock, eds *From the Baltic to the Black Sea: studies in Medieval Archaeology*. London, Unwin Hyman 43-78.
Aymard, M., et al. (1998), *La storia spezzata*. Studi Storici 39 67-80.
Birley, R. (1990), *The Roman documents from Vindolanda. Newcastle upon Tyne*. Greenhead, Nthmb., Roman Army Museum Pub.
Bowman, A. K. – Thomas, J. D. – Adams, J. N. (1990), “Two letters from Vindolanda”, *Briannia* 21 33-52.

²⁷ Aproveitamos para agradecer, em primeiro lugar, a José Brandão, pelo convite para participar deste volume e aos colegas Robin Birley, Alan Bowman, César Carreras, Margarida Maria de Carvalho, Genaro Chic, Paulo P. Duprat, Stephen Dyson, Amílcar Guerra, Richard Hingley, Sian Jones, William Mierse, David Peacock, Michael Shanks e Stephen Shennan. Mencionamos, ainda, o apoio institucional da Unicamp, Unifal, FAPESP e CNPq. A responsabilidade pelas ideias restringe-se aos autores.

- Bowman, A.K. (1994), *Life and Letters on the Roman Frontier: Vindolanda and its People*. London, British Museum Press.
- Brown, P. (1972), *O fim do Mundo Clássico: de Marco Aurélio a Maomé*. Trad. Antônio Gonçalves Mattoso. Lisboa, Editorial Verbo.
- Carandini, A. (1983), "Columella's vineyard and the rationality of the Roman economy", *Opus* 2 177-204.
- Cardoso, C.F.S. (1988), "Economia e sociedade antigas: conceitos e debates", *Classica 1 - Revista Brasileira de Estudos Clássicos*, 1 n.1 5-19.
- Carlan, Claudio U. – Funari, P. P. A. (2012) *Moedas: a numismática e o estudo da História*. São Paulo, Annablume.
- Carreras, C. – Funari, P.P.A. (1998), *Britannia y el Mediterraneo: estudios sobre el abastecimiento bético y africano en Britannia*. Barcelona, Universitat de Barcelona.
- Carreras, C. (1997), "Los beneficiarios y la red de aprovisionamiento militar de Britannia e Hispania", *Gerión* 15 151-176.
- Chic García, G. et al. (2001), "Una nueva inscripción annonaria de Sevilla: M. Iulius Hermesianus, diffusor olei ad annonam urbis", *Habis* 32 353-374.
- Clark, G. (2011). *Late Antiquity*. Oxford, Oxford University Press.
- Clavel-Lévêque, M. (1977), "Imperialisme, developpement et transition: pluralité des voies et universalisme dans le modèle impériale romain", *La Pensée* 196 10-27.
- Cunliffe, B. (2001), *Facing the ocean: the Atlantic and its peoples, 8000 BC-AD 1500*. Oxford, Oxford University Press.
- De Salvo, L. (1992), *Economia privata e pubblici servizi nell'Impero Romano: i corpora naviculariorum*. Messina, Samperi.
- Dyson, S. L. (1995), "Is there a text in this site?" in D. B. Small ed., *Methods in the Mediterranean: historical and archaeological views on texts and archaeology*. Leiden, Brill 25-44.
- Fabião, C. – Guerra, A. (2003), *Sobre os conteúdos de ânforas da Lusitânia transportada em ânforas no Baixo Império: ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado*. Lisboa, D. Quixote.
- Felman, S. (1999), "Silence de Walter Benjamin", *Les Temps Modernes* 606 1-46.
- Fernández Castro, M.C. (1983), "Fábricas de aceite en el campo hispano-romano" in J. M. Blázquez – J. Remesal eds., *Producción y comercio del aceite en la antigüedad*. Madrid, Univ. Complutense, 569-600.
- Fulford, M. (1991), "Britain and the Roman Empire: the evidence for regional and long-distance trade" in R.F.J. Jones ed., *Roman Britain: recent trends*. Sheffield, J. R. Collis 35-47.
- Funari, P.P.A. (1991), "Dressel 20 amphora inscriptions found at Vindolanda: the reading of the unpublished evidence" in V.A. Maxfield – M.J. Dobson eds., *Roman Frontier Studies 1989*. Exeter, Exeter University Press 95-116.
- _____ (1999), "Dressel 20 stamps from the Verulamium Museum", *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo* 9 143-161.
- _____ (1997), *Dressel 20 Inscriptions from Britain and the consumption of Spanish olive oil, with a catalogue of stamps*. Oxford, Tempvs Reparatvm.
- _____ – Jones, S. – Hall, M. (1999), "Introduction: archaeology in history" in P. P. A. Funari – M. Hall – S. Jones eds., *Historical archaeology: back from the edge*. London and New York, Routledge, 1-20.
- _____ (1994), "Betica and the Dressel 20 production, an outline of the province's history", *Dialogues d'Histoire Ancienne* 20 87-106.
- _____ et al. (2012), *História Militar do Mundo Antigo*. Volume I. São Paulo, Annablume.
- _____ (2001), *Grécia e Roma: vida pública e vida privada, cultura, pensamento e mitologia, amor e sexualidade*. São Paulo, Contexto (repr. 2002).
- Giardina, A. (1998), "La storia spezzata", *Studi Storici* 39 72-76.
- Goodman, M. (1997), *The Roman World, 44BC-AD 180*. London and New York.
- Guarinello, N.L. (1995), "A economia antiga e a Arqueologia rural: algumas reflexões", *Classica* 7/8 271-284.
- Herz, P. (1988), "Der praefectus annonae und die Wirtschaft der westlichen Provinzen", *Ktema* 13 69-85.
- _____ (1988b), *Studien zur römischen Wirtschaftsgesetzgebung: die Lebensmittelversorgung*. Stuttgart, Franz Steiner Verlag Wiesbaden.

- Hingley, R. (1999), "The imperial context of Romano-British studies and proposals for a new understanding of social change" in P.P.A. Funari – M. Hall – S. Jones, eds, *Historical archaeology: back from the edge*. London and New York, Routledge.
- Hingley, R. (1982), "Roman Britain: the structure of Roman imperialism and the consequences of imperialism on the development of a peripheral province" in D. Milles, ed., *The Romano-British countryside: studies in rural settlement and economy*. Oxford, B.A.R., 1982 17-52.
- Hingley, R. (1999), "The imperial context of Romano-British studies and proposals for a new understanding of social change" in P.P.A. Funari – M. Hall – S. Jones, eds., *Historical archaeology: back from the edge*. London and New York, Routledge 137-150.
- Iggers, G.G. (2000), "Geschichtstheorie zwischen postmoderner Philosophie und geschichtswissenschaftlichen", *Praxis. Geschichte und Gesellschaft* 26 335-346
- Isaac, B. (1988), "The meaning of the term *limes* and *limitanei*", *Journal of Roman Studies* 78 125-147.
- Jacobsen, G. (1995), *Primitiver Austausch oder freier Markt? Untersuchungen zum Handel in den gallisch-germanischen Provinzen während des römischen Kaiserzeit*. St. Katharinen, Scripta Mercaturae Verlag.
- Jones, R.F.J. (1991), "The urbanisation of Roman Britain" in R.F.J. Jones, ed., *Roman Britain: recent trends*. Sheffield, J.R. Collis 53-65.
- Jones, S. (1997), *The archaeology of ethnicity: constructing identities in the past and present*. London and New York, Routledge.
- Keay, S., (1988), *Roman Spain*. London, British Museum Publ.
- Laurence, R. (1999), "Theoretical Roman archaeology", *Britannia* 30 387-390.
- Lorenz, C., (1998), "Postmodern Herausforderung an die Gesellschaftsgeschichte?" *Geschichte und Gesellschaft* 24 617-632.
- Marsden, P. – West, B. (1992), "Population change in Roman London" *Britannia* 28 133-140.
- Mattingly, D.J. (1988), "Oil for export? A comparison of Lybian, Spanish and Tunisian olive oil production in the Roman Empire", *Journal of Roman Archaeology* 1 33-56.
- Mierse, W. E. (1999), *Review of Britannia y el Mediterráneo*, by C. Carreras and P. P. Funari, *Pyrenae* 30, 262-265.
- Mierse, W. E. (1996/7), "Review of Funari's Dressel 20 inscriptions from Britain and the consumption of Spanish olive oil" *Classica* 9/10 341-343.
- Milllett, M. (1990), *The Romanisation of Britain: an essay in archaeological interpretation*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Milllett, M. (1990b), "Romanization: historical issues and archaeological interpretation" in M. Milllett, ed., *The Early Roman Empire in the West*. Oxford, Oxbow Books 35-41.
- Muhly, J.D. (1996), "Review of D. Small, *Methods in the Mediterranean Archaeology*", *American Antiquity*, 61 (2) 433-4.
- Nicolet, C. (1988), *Rendre à César: économie et société dans la Rome Antique*. [Paris], Gallimard.
- Norr, D., (1966), *Imperium und Polis in der Hohen Prinzipszeit*. München, C.H. Beck.
- Onken, B. (1999), "Buchbesprechung" in C. Carreras und P.P.A. Funari, *Britannia y el Mediterraneo, Münstersche Beiträge zur antiken Handelsgeschichte* 18 115-120.
- Patterson, T. (1997), *Inventing western civilization*. New York, New York University Press.
- Peacock, D.P.S. – Williams, D.F. (1986), *Amphorae and the Roman economy*. London, New York, Longman.
- Ponsich, M. (1974), *Implantation rurale antique sur le Bas-Guadalquivir*. Madrid, Casa de Velázquez.
- Pye, L.W. (1990), "Political science and the crisis of authoritarianism", *American Political Science Review*, 84 (1) 3-19.
- Remesal Rodríguez, J. (1986), *La Annona Militaris y la exportación de aceite bético a Germania*. Madrid, Editorial de La Universidad Complutense.
- _____ (2004), "Promoción social en el Mundo Romano a través del comercio" in J. Remesal Rodríguez – F. M. Simón – F. P. Polo (coords), *Vivir en tierra extraña: emigración e integración cultural en el Mundo Antiguo*. Actas de la reunión realizada en Zaragoza los días 2 y 3 de junio de 2003. Barcelona: Universitat de Barcelona, 125-136.
- _____ (2000), "L. Marius Phoebus mercator olei hispani ex prouincia Bética: consideraciones en torno a los términos 'mercator', 'negotiator' y 'diffusor olearius ex Bética'" in G. Paci, ed., *Epigraphai. Miscellanea epigrafica in onore di Lidio Gasperini*. Tivoli, Tipigraf 781-797.

- _____. (1999), "Politica e regimi alimentari nel Principato di Augusto: il ruolo dello stato nella dieta di Roma e dell'esercito" in D. Vera, ed., *Demografia, sistemi agrari, regimi alimentari nel mondo antico*. Bari, Edipuglia 247-271.
- _____. (1997). *Heeresversorgung und die wirtschaftlichen Beziehungen zwischen der Bética und Germanien*. Stuttgart, K. Theiss.
- _____. (1990), "Die Procuratores Augusti und die Versorgung der römischen Heeres", *Akten der 14 Internationalen Limescongresses 1986 Carnuntum*. Römische Limes in Österreich, 36,1. Wien, Verl. der Österr. Akad. der Wiss 55-65.
- _____. (1986), *La annona militaris y la exportación del aceite bético a Germania*. Madrid, Universidad Complutense.
- Schüpbach, S. (1983), "Avenches: contribution à la connaissance de la chronologie des estampilles sur les amphores à huile de Bétique" in M. Blázquez – J. Remesal eds., *Producción y comercio del aceite en la antigüedad*. Madrid, Universidad Complutense 349-362.
- Scott, E. (1990), "Romano-British villas and the social construction of space" in R. Samson ed., *The social archaeology of houses*. Edinburgh, Edinburgh University Press 149-172.
- _____. (1990b), "In search of Roman Britain: talking about their generation", *Antiquity* 64 953-956.
- Shanks, M. (1995), "Archaeological experiences and a critical romanticism", *Helsinki Papers in Archaeology* 7 17-36.
- Shennan, S. (1994), "Introduction: archaeological approaches to cultural identities" in Shennan, ed., *Archaeological Approaches to Cultural Identity*. London and New York, Routledge 1-32.
- Sherratt, A. (1995), "Reviving the grand narrative: archaeology and long term" *Journal of European Archaeology* 3 1-32.
- Snodgrass, A. (1991), "Structural history and classical archaeology" in J. Bintliff, ed., *The annales school and archaeology*. London, Leicester University Press, 57-72.
- Storey, G. (1999), "Archaeology and Roman society: integrating textual and archaeological data", *Journal of Archaeological Research* 7 203-248.
- Ucko, P. (1994), "Foreword" in S. Shennan ed., *Archaeological Approaches to Cultural Identity*. London and New York, Routledge ix-xx.
- Vidal, J. (1997), *La dinámica comercial romana entre Italia y Hispania Citerior*. Alicante, Universidad de Alicante.
- Von Freyberg, H.-U. (1988), *Kapitalverkehr und Handel im römischen Kaiserreich 27 v. Chr. -235 n. Chr.* Freiburg im Breisgau, Haufe.
- Webster, J. (1999), "At the end of the world: druidic and other revitalization movements in post-conquest Gaul and Britain", *Britannia* 30 1-20.
- Welskopp, T. (1998), "Die Sozialgeschichte der Vater, Grenzen und Perspektiven der historischen Sozialwissenschaft" *Geschichte und Gesellschaft* 24 173-198.
- Whitehouse, R.D. – J.B. Wilkins (1989), "Greeks and natives in southeast Italy: approaches to the archaeological evidence" in T.C. Champion ed., *Centre and periphery: comparative studies in archaeology*. London, Routledge 102-124.
- Whittaker, C.R. (1994), *Frontiers of the Roman Empire. A social and economic study*. Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- _____. (1984), "Trade and the aristocracy in the Roman empire", *Opus* 4 49-75.
- Wierschowski, L. (1984), *Heer und Wirtschaft. Das römische Heer der Prinzipatszeit als Wirtschaftsfaktor*. Bonn, Habelt.
- Will, E.L. (1983), "Exportation of olive oil from Betica do the Eastern Mediterranean" in M. Blázquez – J. Remesal (eds.), *Producción y comercio del aceite en la antigüedad*. Madrid, Universidad Complutense, 391-440.
- Williams, D.F – Peacock, D.P.S. (1983), "The importation of olive-oil into Iron Age and Roman Britain" in M. Blázquez – J. Remesal, eds., *Producción y comercio del aceite en la antigüedad*. Madrid, Universidad Complutense 263-280.
- Williams, T. (1990), "Early Roman London", *Antiquity* 244 599-607.
- Woolf, A. (1988), "Romancing the Celts: a segmentary approach to acculturation" in R. Laurence – J. Berry eds., *Cultural identity in the Roman Empire*. London, Routledge 111-124.